

SEAD 01. XII. 06

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE
2001/12/19



| | |
|--|--------------------------|
| Asssembleia da República Gabinete do Presidente | Ex.ª Senhor Senhor |
| N.º de Entrada | 6710 |
| Classificação | 105.02.03 |
| Data | 6, XII, 01 |

Senhor Presidente da Assembleia da República

Requerimento N.º 429/VIII (3.a) – AC

A Comissão de Moradores dos Lugares das Travessas/Assento, Freguesia de Dume e de Senra, Freguesia de Palmeira, ambas do Concelho de Braga, têm denunciado a gravosa situação que as atinge decorrente da instalação de uma unidade industrial denominada AGROVIL paredes meias com aqueles aglomerados habitacionais.

Com efeito, desde o início do corrente ano, a referida Comissão de Moradores deu conhecimento e apelou para a intervenção do Primeiro-Ministro, Ministro do Ambiente, Provedor de Justiça e Câmara Municipal de Braga tudo na expectativa de ver reposta a qualidade de vida que foi gravosamente comprometida com a instalação da AGROVIL.

Decorrente da actividade industrial desta empresa, os moradores suportam hoje cheiros tóxicos, poluição sonora e visual causa provável de muitos e repetidos problemas de saúde que começaram a manifestar-se de forma repetida em parte da população.

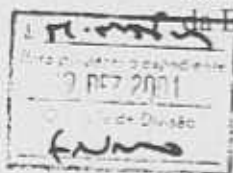
Aquela instalação industrial tem chaminés que expõem gases resultantes de tintas e diluentes, sendo manifesto que as referidas chaminés se encontram ao nível de algumas das habitações mais próximas e que não distam mais do que uma dezena de metros da Agrovil.

O Ministério do Ambiente comunicou aos moradores, em 16 de Janeiro de 2001, que o assunto estava "a ser acompanhado pelo Secretário de Estado do Ambiente".

A Câmara Municipal alegou incompetência em matéria de licenciamento industrial recusando explicações quanto à alteração a que procedeu na revisão do PDM consentindo utilização diversa da que estava anteriormente determinada.

Esta situação é manifestamente injusta e inaceitável para as centenas de moradores que suportam incómodos e sofrem consequências para a sua saúde resultantes da actividade daquela empresa.

Acresce que não muito longe daquele lugar estão localizados dois parques industriais. Acresce ainda que em 2000 a referida empresa foi autuada pelo Ministério da Economia por não se encontrar licenciada.

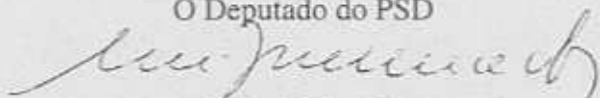


Desconhece-se se o Ministério do Ambiente já fez deslocar ao lugar técnicos para avaliação rigorosa das condições descritas. Desconhece-se ainda se o Ministério do Ambiente conhece realmente a situação relatada. O que não se desconhece é que se mantem a incapacidade para que, quem de direito, determine a reposição da legalidade e faça cumprir a lei em vigor.

Nestes termos e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, requiro ao Governo, através do Ministério do Ambiente as informações seguintes:

1. Está regularizada a situação da Agrovil, tanto do ponto de vista do licenciamento industrial como no que respeita ao cumprimento das disposições ambientais?
2. Foi feita alguma inspecção à unidade em causa? Em caso afirmativo, foram determinadas algumas medidas e foi verificado o seu cumprimento?
3. Conhece o Ministério do Ambiente as condições em que desenvolve a sua actividade a referida empresa?
4. O Ministério do Ambiente solicitou a intervenção de serviços de saúde para completa determinação de eventuais riscos para os moradores?
5. Cópia de relatórios e outras acções determinadas pelo Ministério do Ambiente no tratamento deste processo.

O Deputado do PSD



Miguel Macedo